

**AgInt nos EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.392.000 - SP
(2018/0289731-3)**

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **FERNANDO JOSE GONZALO LAPIQUE MARTINEZ**
AGRAVANTE : **MARIO BENEDITO ANDRADE**
AGRAVANTE : **KATIA NEVES LOURENCO DE MORAES**
ADVOGADOS : **RAPHAEL GARÓFALO SILVEIRA - SP174784**
 MARILIA DE MORAES NEVES - SP315627
AGRAVADO : **BANCO ABC BRASIL S.A**
ADVOGADOS : **ALEX SANDRO DA SILVA - SP254225**
 JESSICA TIEMI ITO ISHIKAWA - SP344775

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. LAUDO PERICIAL. HOMOLOGAÇÃO. NOVA AVALIAÇÃO DO IMÓVEL. DESNECESSIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. ART. 873, III, DO CPC/2015. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ.
2. No caso, o Tribunal de origem, com base nas provas contidas nos autos, concluiu pela desnecessidade de nova avaliação do imóvel, apesar do transcurso do tempo. Alterar essa conclusão demandaria reexame de fatos e provas, inviável em recurso especial, a teor do disposto na súmula mencionada.
3. Ausente o enfrentamento da matéria pelo acórdão recorrido, inviável o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento (Súmula n. 211/STJ).
4. Prevalece no STJ o entendimento de que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/2015), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/2015, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/4/2017).
5. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

A Quarta Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Marco Buzzi (Presidente), Luis Felipe Salomão, Raul Araújo e Maria Isabel Gallotti votaram com o Sr. Ministro Relator.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**/Relator